

# TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES NEGRAS NA PEQUENA ÁFRICA

João Brum Rodrigues<sup>1</sup>  
Amaro Sérgio Marques<sup>2</sup>  
Clovis Nascimento Junior<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo pretende analisar a produção do território e territorialidades na Pequena África, inserida na Zona Portuária do município do Rio de Janeiro. A área pertence a um circuito histórico que se posiciona socioculturalmente como espaço de resistência, recuperando por seu patrimônio cultural material e imaterial a ancestralidade afrodescendente. Tais processos serão esmiuçados através de uma revisão de literatura, além de percepções captadas por visitas de campo, que resultaram em uma produção cartográfica e iconográfica proveniente de depoimentos de membros desta comunidade. Assim, vislumbramos as ações dos diversos sujeitos que produzem as ameaças e oportunidades que atravessam a cidade negra.

**Palavras-chave:** Território; Territorialidade; Pequena África; Gentrificação

## BLACK TERRITORY AND TERRITORIALITIES IN LITTLE AFRICA

**Abstract:** This article aims to analyze the production of territory and territorialities in Little Africa, located in the Port Zone of Rio de Janeiro. The area belongs to a historical circuit that has positioned itself socio-culturally as a space of resistance, recovering Afro-descendant ancestry through its material and immaterial cultural heritage. These processes will be scrutinized through a literature review, as well as perceptions captured by field visits, which resulted in a cartographic and iconographic production from the testimonies of members of this community. In this way, we get a glimpse of the actions of the various subjects that produce the threats and opportunities that traverse the black city.

**Keywords:** Territory; Territoriality; Little Africa; Gentrification

### INTRODUÇÃO

No porto do Valongo, situado no atual bairro da Saúde, no Rio de Janeiro, foram desembarcados cerca de 1 milhão de pessoas que foram raptadas no continente africano e trazidas à força para o Brasil pelo comércio do tráfico de escravizados no atlântico, em um período de quase 300 anos, conforme dados do

---

<sup>1</sup> Mestre em Arquitetura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Email: [joao\\_brumrodrigues@yahoo.com.br](mailto:joao_brumrodrigues@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação - PPGArq e do curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Email: [amaro@puc-rio.br](mailto:amaro@puc-rio.br)

<sup>3</sup> Mestre em Arquitetura pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio). Email: [cloveranjunior@gmail.com](mailto:cloveranjunior@gmail.com)

Instituto de Patrimônio do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2023; Vassalo e Cicalo, 2015).

Do Valongo, esses escravizados foram comercializados e distribuídos para diversas partes do território nacional, para o trabalho na lavoura e em outras ocupações no regime de escravidão; já os que ficaram no Rio de Janeiro eram utilizados para os serviços domésticos, bem como na construção civil e obras públicas (Florentino, 2020). Também observou-se que os escravizados desenvolveram diversos outros ofícios como quitandeiros, sapateiros, pedreiros, carpinteiros, pajem, copeiro, cozinheiro, militar, ferreiro, etc. — muitos desses conhecimentos vindos de seus países de origem no continente africano (CEBRAP, 1989).

Esses escravizados se concentraram principalmente na região portuária, próximo ao cais, além da área compreendida atualmente pelo Cais do Valongo e Jardim Suspenso do Valongo, Largo do Depósito, Largo de São Francisco da Prainha, Morro da Conceição, Morro da Providência, Pedra do Sal, Centro Cultural José Bonifácio, Lazareto dos Escravizados, Mercado dos Escravizados — situado na continuação da antiga rua do Valongo, atual rua Camerino e Cemitério dos Pretos Novos. Essa região foi denominada por Heitor dos Prazeres — negro, compositor, artista e pintor — como Pequena África (Almeida, 2022). Sendo assim, tornou-se evidente a distinção de lugares que couberam aos negros nas cidades brasileiras, desde os primeiros casos de conquista da alforria, ainda no período imperial: espaços de ocultamento, como os quilombos, ou de segregação, como os baixos de viadutos, as ruas, os cortiços e, posteriormente, as favelas (Barone, 2022).

Esse artigo tem como objetivo investigar a produção do território e das territorialidades negras na cidade do Rio de Janeiro, tendo como recorte a região compreendida pela Pequena África. Tendo em vista o expressivo número de escravizados que passaram pela sua Zona Portuária e entorno, pretende-se apontar possíveis fragmentos ou registros da presença africana ou dos afrodescendentes na paisagem em análise. Outro fenômeno que será investigado diz respeito aos processos de novos usos e de apropriações, além dos impactos do turismo e da gentrificação em curso nessa área.

Para tanto, utilizamos de uma revisão de literatura, através de bancos de dados como Portal Capes e Scielo, bem como dos principais acervos digitais de universidades nacionais, além de fontes provenientes da Sessão 8 da disciplina: “Colonialidade do Pensamento Urbano” (Labcidade FAUUSP, 2021); ministrada no segundo semestre de 2021 pelo Prof. Dr. Roberto Emerson Santos. Também foi realizado um levantamento iconográfico e de imagens georreferenciadas via *Google Earth* e *OpenStreetMap* para produção de mapa ancorando a discussão, além de diversas visitas guiadas à região e ao Instituto Pretos Novos.

Esse artigo ainda contou com as discussões realizadas pelo Grupo de Pesquisa em Produção do Território e de Territorialidades, ligado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU) e ao Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo (PPGARq) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), bem como ao Seminário desenvolvido na disciplina de Território, Territorialidades, Etnicidades e Novas Cartografias Negras, ministrada pelo prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Amaro Sérgio Marques no 1<sup>o</sup> semestre de 2023, na mesma instituição.

Isso posto, o presente trabalho será organizado em três sessões. Como ponto de partida, será feita uma breve contextualização histórica da área em estudo. A segunda consistirá em uma discussão acerca da produção dos Territórios e das

Territorialidades, abordando a região compreendida pela Pequena África e em seu entorno, dentro do contexto de resistências e reminiscências produzidas por afrodescendentes, e por fim, os processos de gentrificação em curso.

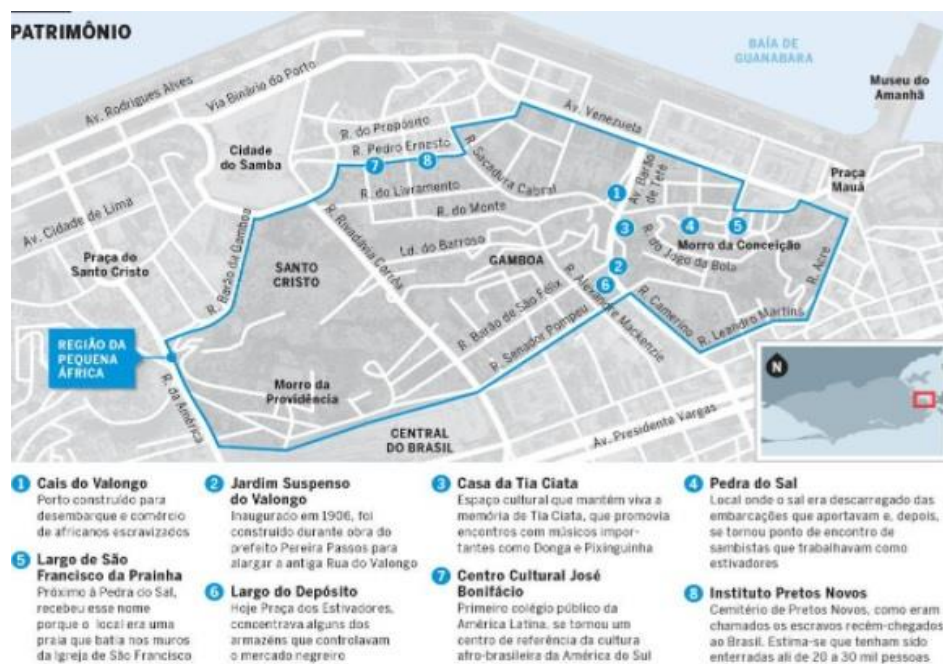
## CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-GEOGRÁFICA

Para o começo do aprofundamento das questões que serão apontadas ao longo do artigo, partimos de uma perspectiva histórica que se atrela à determinados traçados no ambiente físico. Sendo assim, serão delimitados aspectos na ocupação do território que possibilitam uma leitura que também se sustenta à aportes provenientes do campo de estudos contido na Geografia, ao demarcar na extensão do recorte espacial práticas de exclusão ocorridas em eixos temporários determinantes. Portanto, como afirma Souza (2000, p. 79), devemos nos recordar que a noção de “território” — sobretudo configurado geograficamente como espaço social — perpassa relações de poder, as quais são indiscutivelmente interligadas à um questionamento decisivo: “quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?”. Essa percepção também se consolida de maneira veemente a partir da seguinte constatação, ao apontar a noção do território identificado como simultaneamente urbanizado e racializado:

Usamos para isso a noção de território urbano, uma Geografia feita de linhas divisórias e demarcações que não só contém a vida social mas nela intervém, como uma espécie de notação das relações que se estabeleceram entre os indivíduos que ocupam tal espaço. A história da comunidade negra é marcada pela estigmatização de seus territórios na cidade: se, no mundo escravocrata, *devir negro* era sinônimo de subumanidade e barbárie, na República do trabalho livre, negro virou marca de marginalidade (Rolnik, 2007, p. 88, 89).

Havendo uma conscientização de tais questionamentos, e nesse caso, especificamente se inserindo no contexto da Zona Portuária do Rio de Janeiro associada à territorialidade negra, tal natureza de relações de poder é relatada através de processos de apagamento, exclusão e, sucintamente falando, de segregação urbanística que se propagaram nesta área central carioca. Passando por sucessivas políticas de “limpeza” no momento de transição do século XIX para o XX, adaptando a “cidade senhorial-escravista aos padrões da cidade capitalista”, Rolnik (2007) é bem-sucedida ao resgatar momentos decisivos na história da cidade — destacando as obras promovidas por Pereira Passos e da Avenida Central por Rodrigues Alves — que se relacionam à esta problemática: conhecida como a “a era do bota-abaixo”, enxergou-se sob esse prisma uma série de direcionamentos que promoveram remodelações espaciais afetando a conjuntura social, e sobretudo marginalizando a camada populacional composta pelos quilombolas residentes na região (Ibid., 2007, p. 79, 80).

Figura 1. Área conhecida como Pequena África, localizada na Zona Portuária da região central do município do Rio de Janeiro



Fonte: O Globo, 2019.

Assim sendo, tais processos de cunho higienista — aparentemente, quando observados de modo superficial, desvinculados de discursos racializados — já levaram a cabo expulsões e conseqüentes apagamentos da memória na região em períodos anteriores, camuflados de discurso: “estético (da reforma do Valongo no século XIX), sanitarista (da Reforma Pereira Passos), ou urbanístico (de erradicação de favelas, como as remoções de favelas da Zona Sul na década de 1960)” (Santos; Ribeiro; Silva, 2017, p. 475, 476).

Portanto, sendo estabelecidas compreensões exatas de tais conceituações neste espaço social, podemos a partir destas mesmas realizar paralelos à serem aplicados, em instâncias práticas no território e territorialidade em questão. Noções como as de “apagamento” da memória africana associada à uma política de “branqueamento” (Almeida, 2022) serão abarcados se situando em sua dinâmica de recorte temporal contemporâneo, ou seja: ressignificando traços de uma herança historicamente e geograficamente marginalizada — sendo assim, por sua vez, racializada — e lidando no presente próximo com este passado, desconstruindo-o.

Busca-se, logo assim, uma recomposição da memória, da história urbana e da geografia do Rio de Janeiro, partindo sobretudo da presença da cultura e do patrimônio negro na capital — e, neste processo, também se dirigindo pelo caminho inverso ao construído e cristalizado epistemologicamente do embranquecimento da nação —, trazendo dessa forma à tona os símbolos da memória e da identidade negra sobre o território das cidades brasileiras (Barone, 2022). Uma perspectiva do território urbano à maneira analisada conceitualmente neste capítulo perpassa portanto a multiplicidade de entendimentos em questão adiante, ao acompanharem sob mesma ótica e linha lógica de raciocínio: sendo assim, tanto o “apagamento” como o “branqueamento” — o primeiro em um sentido simbólico e o segundo em um sentido material (Wanis; Leite.; Nin; Machado, 2019) —, irão respectivamente

lidar com a territorialidade e com o território, em uma série de processos a serem abordados nos capítulos a seguir.

## TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES NA PEQUENA ÁFRICA

O termo “território” aqui foi utilizado em conformidade com (Suertegaray, 2001), para o qual o mesmo seria concebido dentro do contexto da geografia, ao espaço enquanto campo político, ou em outras palavras: o cenário propício para as relações de poder.

Já as territorialidades seriam as manifestações das apropriações pelos usuários de um dado território, em conformidade com Claude Raffestin, Rogério Haesbaert, Marcelo Lopes de Souza e Marcos Saquet (Cichoski, Saquet, 2011).

Nessa medida, podemos analisar a Pequena África como um território no qual estariam presentes diversos sujeitos sociais, com interesses nem sempre congruentes, que estariam disputando a hegemonia no controle dessa parte da região portuária do Rio de Janeiro.

Podemos apontar diversas territorialidades nesse espaço: um de seus bares e restaurantes mais tradicionais é o Angu do Gomes. Nesse estabelecimento, serve-se como iguaria principal um representante da culinária africana, feito com fubá de milho e acompanhado de linguiça de porco. O prato remonta ao século XIX, pois este era servido na mesma área onde se estabeleciam as casas de *zungús* — espaços onde se vendia o angú, mas que também abriam espaço para as rodas de capoeira, religião de matriz africana e para proteção de negros aquilombados (Soares, 1998). Além disso, eram acolhidas as rodas de samba, jongo e capoeira; bem como os coletivos que congregam artistas, escritores, poetas, cantores e artesãos; além de locais de oferendas, casas de candomblé e de religiões de matriz africana — contendo pequenos altares, imagens de santos, oratórios, plantas para proteção espiritual como espada-de-são-jorge ou comigo-ninguém-pode, sempre colocados nas calçadas ou nos acessos principais das casas —, entre outras (Santos, Ribeiro, Silva, 2017). Atualmente, o restaurante Casa Omolokum - situado próximo a Pedra do Sal - oferece comida que segue os princípios das religiões de matriz africana, onde o dendê é o principal ingrediente (Figura 2).

Figura 2. Casa Omolokum, localizada na Rua Tia Ciata.



Fonte: Clóvis Nascimento Junior, 2022.

Desde o século XIX, surgiram territorialidades genuinamente negras, ou de descendentes de ex-escravizados, que, numa espécie de “re-existência” ou insurgência, busca manter viva as manifestações culturais de seus antepassados em meio aos processos contundentes de modernização da cidade e de apagamento da história negra (Ibid., 2017). Portanto, torna-se não menos importante ao investigar a produção do território e de territorialidades, além do legado de escravizados e de seus descendentes na Pequena África — aqui tratados como afro-brasileiros —, o alerta da professora da Universidade de Columbia, Saidiya Hartman:

[...] escravizados africanos sustentaram, reformaram e abandonaram costumes, comportamentos e tendências do Velho Mundo. Criaram uma nova língua a partir das línguas que conheceram e das que lhes foram impostas. Dançaram as danças antigas com novos propósitos. **Construíram assentamentos como aqueles em que viveram, mas com novos materiais.** Lembraram e renomearam antigas divindades e inventaram e adotaram novas. Clivagem - a separação em relação ao Velho Mundo e o apego a ele - deu origem não apenas à despossessão mas também a um novo conjunto de possibilidades. (Hartman, 2021, p. 123)

Na perspectiva da autora, os escravizados e os ex-escravizados, bem como seus descendentes teriam trocado parte de suas histórias e culturas — do continente Africano pelas do continente Americano, mais especificamente o Brasil —, onde uma nova língua e cultura e novas formas de apropriação do espaço e da constituição de territorialidades pôde ocorrer. Afinal de contas, em uma sociedade então escravocrata, os papéis e lugares que a população escravizada estava eram muito bem definidos e controlados.

Todavia, à partir de resistências, ou em meio às frestas, como que se fosse possível certas insurgências e aquilombamentos — às vezes com apoio de abolicionistas ou de outros fora do sistema — uma certa forma de organização, de ocupação e produção do espaço deixou de legado um patrimônio imaterial importante, como já citado aqui anteriormente. E graças a esses ex-escravizados e a seus descendentes, foram sendo perpetuados elementos da cultura africana que foram reelaborados ou trasladados para o território da Pequena África.

Assim, nosso olhar precisa estar treinado a observar pequenos fragmentos africanos no espaço, como uma pedra na qual se descarregava o sal que chegava ao Rio de Janeiro no cais, atualmente conhecido como Pedra do Sal, local de resistência do povo negro e de sua cultura. A pedra teve seu tombamento oficializado em 1987 como patrimônio material do Estado do Rio de Janeiro. Assim, com esse reconhecimento, valorizou-se o local historicamente utilizado como espaço para se oferecer oferendas para os Orixás das religiões de matriz africana (Corrêa, 2016).



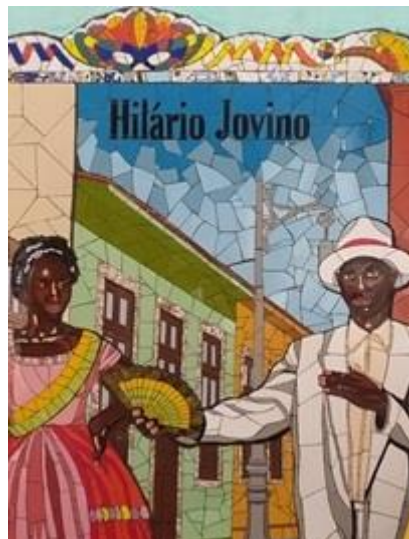
Figura 3. Pedra do Sal com sua escadaria feita por escravizados.



Fonte: Amaro Sérgio Marques, 2023.

Corrêa (2016) ainda aponta que durante todo o século XIX e XX, moradores da região tentaram de todas as formas manter as tradições culturais de seus antepassados negros. Assim, podemos destacar esse território em 3 partes: com as atividades do porto; com as religiões de matriz africana; e com a criação dos primeiros ranchos carnavalescos (que viriam a se transformar nas atuais Escolas de Samba). Logo assim, no século XX essa área era frequentada por grandes sambistas, como João da Baiana e Donga, além de Pixinguinha, Tia Ciata, Heitor dos Prazeres, entre outros. O entorno da Pedra do Sal também foi berço do Bloco Afoxé Filhos de Gandhi e da Escola de Samba Império Serrano.

Figura 4. Mosaico com a imagem de Hilário Jovino Ferreira, criador do primeiro rancho de carnaval do Rio de Janeiro.



Fonte: Amaro Sérgio Marques, 2023.

Certo é que não se pode desconsiderar os diversos aspectos culturais e o patrimônio material e imaterial ainda presente na área em estudo. Todavia, ao percorrer o território, percebemos que diversos processos de apagamento da história dos escravizados e de seus descendentes e do tempo da escravidão ainda

estão em curso. Por tratar-se de área próxima ao centro do Rio de Janeiro, a região sempre desperta o interesse do poder público e da iniciativa privada — via mercado imobiliário — que de tempos em tempos propõe projetos e planos urbanísticos e de habitação sob a ótica da modernização e em consonância aos desejos do mercado imobiliário, mas que quase sempre desconsideram as demandas e a autonomia dos residentes locais.

## A PEQUENA ÁFRICA E OS PROCESSOS DE GENTRIFICAÇÃO

Segundo Paes (2017) e Alcântara (2018), o conceito de gentrificação (*gentrification*) é primeiro abordado em 1964 pela socióloga Ruth Glass, utilizado para analisar a transformação imobiliária ocorrida em bairros londrinos. A autora definiu a elitização dos estratos sociais (a alta burguesia urbana, *urban gentry*) que se apropriaram dos bairros operários, de tal maneira que a palavra tem sido utilizada em estudos e debates sobre segregação urbana e desigualdade e, assim como nos estudos sobre patrimônio. Discutir sobre os reflexos da gentrificação infere-se como essa “foi um processo que se propagou por toda a hierarquia das cidades: ele não ocorre somente nas maiores, mas também nos centros mais improváveis” (Smith, 2006, p. 62).

A região conhecida como Pequena África, localizada na Zona Portuária da Cidade do Rio de Janeiro, que abarca os bairros da Gamboa, Praça Onze e Santo Cristo. Segundo Ribeiro (2014), tal localidade ainda evidencia uma grande concentração de marcas, tradições e hábitos africanos do que no restante da cidade.

Figura 5. Mapa descrevendo o Circuito Histórico de Herança Africana da Pequena África.



Fonte: IPN – Instituto Pretos Novos, 2016.



No entanto, ela tem sido alvo de disputas imobiliárias, sobretudo pela operação conhecida como “Porto Maravilha”, em que denota-se uma falta de recursos públicos para a moradia social, constituindo assim uma grave ameaça para a permanência dos antigos moradores, em sua grande maioria negros e pobres — e que ainda assim resistem às tentativas de embranquecimento social, cultivando suas tradições.

Seu futuro, entretanto, encontra-se em risco (Palmares, 2016). No “Circuito da Celebração da Herança Africana”, inserido na região portuária, percebe-se um resgate de uma cultura afro-brasileira para turistas, “resultando na redução do território compreendido outrora como Pequena África, e também na cristalização da trajetória do negro na região portuária” (Ribeiro, 2014, p. 2174).

Figura 6. Escultura instalada como parte do processo da nova revitalização do Cais do Valongo.



Fonte: Amaro Sérgio Marques, 2023.

Quando abordados contemporaneamente os processos de gentrificação que vem ocorrendo na região portuária no Rio de Janeiro, identifica-se uma diversidade de agentes atuando neste território e o modificando em nuances na sua territorialidade. Os responsáveis por essa dinâmica se aparentam visíveis principalmente quando enxergamos o recorte temporal de uma atualidade pós-pandêmica, de retorno às práticas e atividades sociais de caráter mais coletivo no tecido urbano, que vêm remodelando e ressignificando a rede de convivências.

Dentro desse cenário, diferente da época marcada evidentemente pelos megaeventos proporcionados a partir das Olimpíadas de 2016, algumas frentes se representam como prenúncios de projetos gentrificadores. Ao contrário desse período, um outro cenário, de naturezas distintas, mas similares, vêm se apresentando nesse território: podemos reconhecer dois movimentos representativos nesse atual processo de gentrificação.

O primeiro caso, intitulado “Porto Maravalley”, recebe uma alcunha de “hub tecnológico”, o qual “pretende oferecer infraestrutura para a instalação de empresas” e “transformar a cidade do Rio em um ‘Vale do Silício’ brasileiro” (Redação, 2023). É fundamental questionar a maneira como o desenvolvimento

deste projeto está sendo conduzido: tal iniciativa de caráter evidentemente neoliberal pode resultar no significativo esvaziamento da real identidade cultural para a territorialidade da Pequena África, podendo ampliar consideravelmente a marginalização da comunidade afrodescendente local.

Um novo empreendimento imobiliário (Freire, 2023), no edifício que se encontra diretamente nas encostas da Pedra do Sal, é mais um movimento recente que representa a gentrificação, mas que, dessa vez, pode vir a se desdobrar como gerador de futuras disputas territoriais de caráter mais sensível devido a sua localidade específica. Atualmente este edifício, antiga sede da Cedae e Inea, se encontra em situação de considerável precariedade — como evidenciado na foto abaixo. Uma proposta de *retrofit* para esta construção promete assim eliminar os riscos e vulnerabilidades para o entorno imediato. Por outro lado, pode vir a influenciar diretamente no aceleração de uma elitização que já vem se expressando, por enquanto, em determinados contornos.

Figura 7. Edifício na Rua Sacadura Cabral, situado diretamente nas encostas da Pedra do Sal, alvo de futuro *retrofit*.



Fonte: João Brum Rodrigues, 2023.

Outra análise palpável, evidente principalmente a partir de um envolvimento *in loco*, experienciados pelos autores deste trabalho, foi a da identificação de traços de gentrificação sendo incorporados internamente dentro das próprias práticas coletivas no território, expressando seu caráter mais imaterial, porém irrefutável. Dentro dessa compreensão, duas atividades de caráter predominantemente turístico vêm se esboçando como cenários de processos gentrificadores aparentemente mais silenciosos: as visitas guiadas inseridas dentro do percurso da Pequena África e o Samba na Pedra do Sal.

Nos dois casos, apesar destes territórios não estarem operando na mesma lógica de imagem marginalizada de tempos passados, denota-se contemporaneamente como uma significativa advertência um processo de gentrificação que já se "infiltrou" nessas atividades. Parece que, tanto no caso da territorialidade pertencente a este passeio como no caso da pertencente à típica

festa já se encontram inseridas nas duas uma inflexível lógica mercadológica, uma espécie de experiência “safari” se penetra no Circuito, que por sua vez já se encontra inserido dessa forma no *mainstream*. Esta palavra em inglês representa uma situação de padrão convencionalmente massificado, e, nesse caso, especificamente compreendida em um fenômeno que vem sendo realizado por agências de turismo que, ao estarem vendendo seu produto — como evidenciado na seguinte foto — correm o risco de banalizar e até distorcer a verdadeira importância deste território e sua territorialidade.

Figura 8. Grupos de visita guiada a caminho do Cais do Valongo, inserido no circuito da Pequena África.



Fonte: João Brum Rodrigues, 2023.

Sendo assim, o impacto desses passeios, que muitas vezes atuam de forma recreativa, esvaziam a dimensão histórica do território e das disputas fundiárias na região. Este possível flerte com o *modus operandi* proveniente do neoliberalismo — cooptado pela dinâmica de um suposto “empreendedorismo” e “livre mercado” —, muito se assemelha aos moldes visivelmente já apontados à partir do conceito de “branqueamento do território” (Santos, 2009) ocorridos nessa mesma região, mas sobretudo já analisados profundamente de maneira concreta em um período imediatamente pós-olimpíadas (Santos; Ribeiro; Silva, 2017).

Figura 9. No dia 25 de novembro de 2023, diversos grupos de turistas percorreram o Cais do Valongo e seu entorno, dentro do Circuito da Pequena África.



Fonte: Amaro Sérgio Marques, 2023.



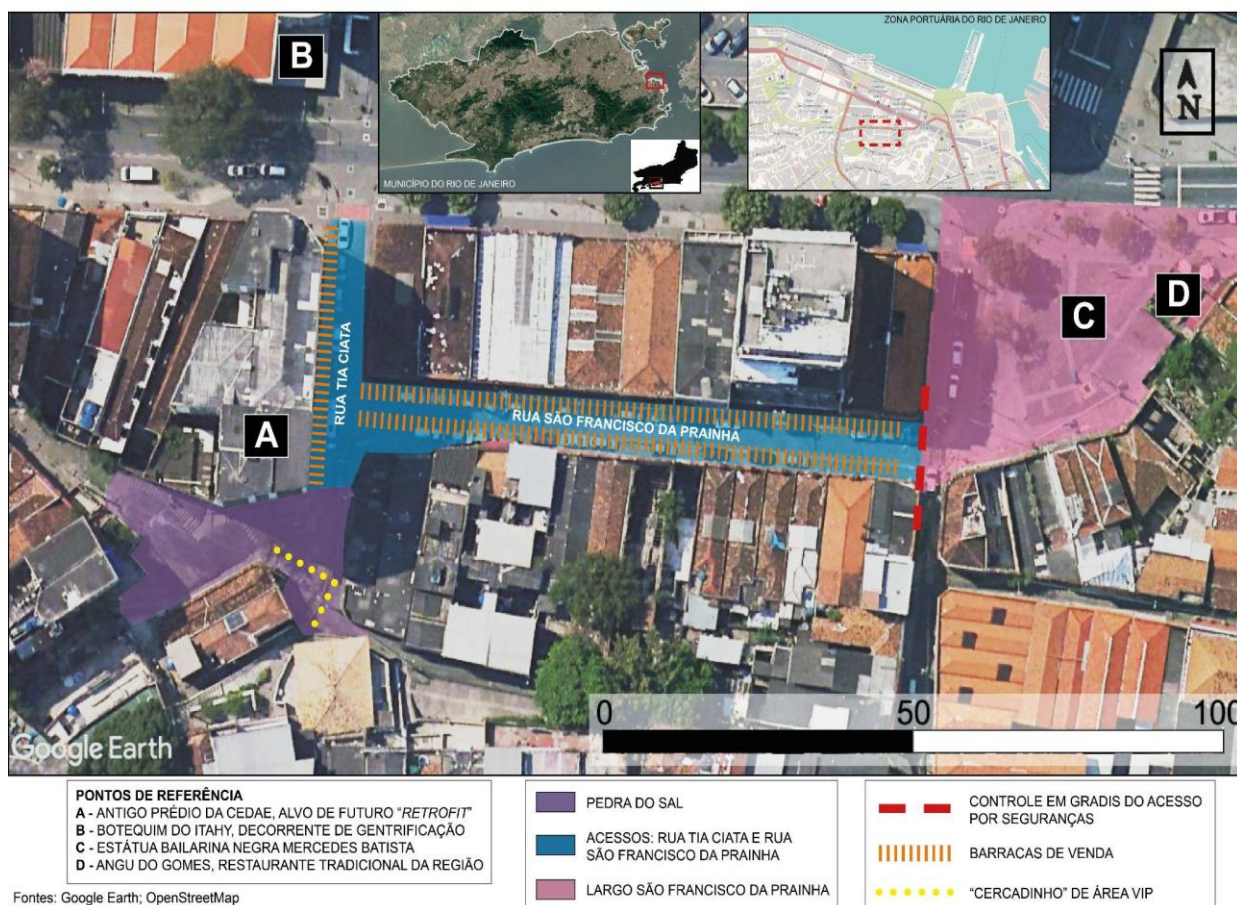
Portanto, tomando esse ponto de perspectiva, vale ressaltar no caso presente apontado que a valorização dos processos históricos dentro do discurso com o patrimônio não necessariamente refletirá uma atenção devida à vulnerabilidade associada à condição vivida socialmente em sua atualidade:

[...] a emergência do Circuito da Herança Africana marca, no planejamento das transformações, uma valorização da presença negra do passado, em detrimento da presença negra do presente – o que configura um [...] paradoxo do processo. Valorizam-se os marcos que remetem ao passado negro, mas são invisibilizados, desqualificados e relegados ao deslocamento para fora da região os marcos negros do presente. (Ibid., p. 476)

Tendo em vista a situação exibida, durante visita de campo realizada pelos autores deste trabalho, uma série de nuances vinculadas à processos de gentrificação e de novas territorialidades na Pequena África foram identificadas em recorte mais aproximado, abrangendo os pontos do Largo São Francisco da Prainha e na Pedra do Sal. Nesta, há 17 anos acontece a tradicional roda de samba que leva o mesmo nome, realizada toda segunda-feira.

Figura 10. Mapa de processos de gentrificação e de novas territorialidades na Pequena África.

### PROCESSOS DE GENTRIFICAÇÃO E DE NOVAS TERRITORIALIDADES NA PEQUENA ÁFRICA



Fonte: João Brum Rodrigues, 2023.

Segundo testemunho de um dos músicos que tocam no local, em entrevista realizada pelos autores deste trabalho, ele explica como a roda de samba segue, tal qual acontecia desde a época dos estivadores. O músico relata que, nesse período, quando o sal secava na pedra, as apresentações mantinham um caráter acústico, ou seja, “desplugado” — lembrando que só alguns instrumentos, como o surdo e o cavaquinho, usavam outros equipamentos de amplificação do som.

Hoje em dia, o local de performance para ele e seu grupo musical necessita de uma demarcação no território — através de um “cercadinho” com área “VIP” e para *DJ* —, criando um ambiente segregado do público em geral. Esta divisória localiza-se imediatamente ao lado da Pedra do Sal, como exposto em uma das fotos a seguir: nelas também podemos visualizar a atual condição de “festa” — e de controle do ir e vir — que vem sendo apropriadas à territorialidade tradicional do samba local, também com a instalação de uma tenda e barracas de vendas.

Figura 11. Samba na Pedra do Sal, com instalações de cercadinho, tenda e barracas.



Fonte: João Brum Rodrigues, 2023.



Figura 12. Controle em gradis no acesso da Rua São Francisco da Prainha, realizado em espaço público por seguranças de iniciativa privada.



Fonte: Clóvis Nascimento Junior, 2023.

Sendo assim, o samba que hoje é tocado neste território se alinha não somente com a história da Pequena África, mas também como uma das estratégias de resistência com um núcleo cultural na região, "sobretudo de cultura preta em que o samba tem caráter pedagógico sem ser excludente de outros grupos", como relatado nas palavras do músico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto, podemos apontar o complexo contexto de ocupação da área da Pequena África, desde a criação da Zona Portuária ao primeiro desembarque de escravizados na década de 1560, bem como as reformas urbanas de cunho higienizante e de embelezamento durante o final do século XIX e início do século XX, dentro do contexto de apagamento da história da escravidão na cidade do Rio de Janeiro.

Em certa medida, não é possível caracterizar exatamente todo o patrimônio material de um período longo de ocupação territorial, principalmente quando da visão colonialista que desconsiderara a importância dos registros do cotidiano e dos modos de vida da população negra, mesmo com o fim da escravidão. Assim, já se sabe, que na continuação da antiga Rua do Cais do Valongo, atual rua Camerino, teríamos diversas edificações onde se faziam o comércio de pessoas negras escravizadas. Todavia, as edificações passaram por diversas modificações ou foram totalmente demolidas, levando consigo parte triste da história da população negra. Nessa óptica de apagamento, também foram suprimidas casas de candomblé,

casas de zungú, ranchos de samba, entre outros espaços significativos de resistência da cultura afro-brasileira.

Recentes processos de modernização a partir da gentrificação desse território, continuam expulsando os antigos moradores para outras partes da cidade. Essa transformação é sentida na criação de modernos estabelecimentos comerciais e habitacionais, geridos por novos moradores, além da especulação imobiliária que eleva o custo médio de aluguel e do valor de imóveis na região. Guimarães (2011, p. 218) aponta um aspecto importante no que diz respeito aos moradores da região que reivindicam alguns imóveis que circunscrevem a Pedra do Sal: estas argumentam ter em vista a defesa e a preservação da memória negra que estava materializada e oficialmente reconhecida pelo tombamento da localidade como “monumento afro-brasileiro”.

Ao ser inserida no circuito turístico oficial enquanto mercadoria, essa área tem atraído um público expressivo de visitantes. Na forma de “visitas guiadas”, muitas vezes atuam de forma recreativa, esvaziando a dimensão histórica e simbólica do território e das disputas fundiárias na região.

Todavia, é importante ressaltar os movimentos de resistência e de fortalecimento da cultura e história negra — mesmo com a ausência de políticas eficazes de salvaguarda patrimonial por parte das instituições governamentais — ainda presentes à partir do entorno da Pedra do Sal e do Largo de São Francisco da Prainha, vozes que ressoam o grito insurgente de respeito e de valorização diaspórica de sua memória.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de. 2018. "Gentrificação". In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <<http://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificacao>>. ISSN: 2676-038X.

ALMEIDA, Emily. OS QUE FICARAM: A história da escravidão resiste aos apagamentos sucessivos na Pequena África carioca. **Revista Piauí**, [S. l.], n. 192, 1 set. 2022. dossiê piauí, p. 1. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/os-que-ficaram/>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

**AUTOBIOGRAFIA** de Luiz Gama. CEBRAP, São Paulo, n.25, p. 136-141, out. 1989.

BARONE, Ana Cláudia Castilho et al. Raça e espaço urbano no Brasil. Anais ENANPUR, v. 16, n. 1, 2015.

CAVALCANTI, Hannah da Cunha Tenório. Memória e esquecimento da 'pequena África'-conexões com a história, patrimônio e educação. **Revista Latino-Americana de História**, v. 9, n. 21, p. 92-110, 2019.

CICHOSKI, Pâmela; SAQUET, Marcos Aurélio. Concepções de Geografia, espaço e território nos Anais do IV Seminário Estadual de Estudos Territoriais e II Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades. In: **Sociedade e Território**, Natal, v. 23, nº 2, p. 146 - 158, jul./dez. 2011. Disponível em:<<https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3504/2817>>. Acesso:03 jul. 2023.

CORRÊA, Maíra Leal **Quilombo Pedra do Sal / Maíra Leal Corrêa**. - Belo Horizonte: FAFICH, 2016. 16 p. (Terras de quilombos). Disponível em:<[https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/pedra\\_do\\_sal.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/pedra_do_sal.pdf)>. Acesso em: 12 jul.2023.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVII e XIX. 5. ed. São Paulo: Editora da Unifesp, 2020.

FREIRE, Quintino Gomes. Antigo prédio sede da Cedae e Inea é vendido e vai se tornar residencial no Porto Maravilha: Imóvel tem 12 andares, cerca de 10 mil metros quadrados, pertencia a um proprietário particular e estava vazio há quase 10 anos. **Diário do Rio**, [S. l.], p. 1, 12 jul. 2023. Disponível em:<<https://diariodorio.com/antigo-predio-sede-da-cedae-e-inea-e-vendido-e-vai-se-tornar-residencial-no-porto-maravilha/>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

GUIMARÃES, R. S. A utopia da Pequena África. Os espaços do patrimônio, **Tese de Doutorado em Sociologia e Antropologia** - INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2011.

GODOY, P.R.T.(Org). **História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 289 p. Disponível em:<[books.scielo.org/id/p5mw5/pdf/godoy-9788579831270-11.pdf](https://books.scielo.org/id/p5mw5/pdf/godoy-9788579831270-11.pdf)>.Acesso: 03 jul. 2023.

HARTMAN, Saidiya. **Perder a Mãe**: uma jornada pela rota atlântica da escravidão / Saidiya Hartman : tradução José Luiz Pereira da Costa. - 1 ed. - Rio de Janeiro : Bazar do Tempo, 2021.

IPHAN. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 2023. Disponível em:<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605/>>. Acesso: 04 jul. 2023.

LABCIDADE FAUUSP. Aula 8 - **Questões Étnico-raciais e o pensamento e prática sobre a cidade**. 22 out. 2021. Disponível em:<[https://www.youtube.com/watch?v=WA1KNQDM\\_mY](https://www.youtube.com/watch?v=WA1KNQDM_mY)>. Acesso em: 24 nov. 2021.

PAES, M. T. D. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. *Geousp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 21, n. 3, p. 667-684, dez. 2017. ISSN 2179-0892.

REDAÇÃO. **Rio de Janeiro cria hub tecnológico Porto Maravalley**: Capital carioca aposta na atração de startups e novos talentos para hub que terá curso superior do IMPA. PRÓXIMO NÍVEL, [S. l.], 11 jan. 2023. Disponível em: <https://proximonivel.embratel.com.br/rio-de-janeiro-cria-hub-tecnologico-porto-maravalley/>. Acesso em: 12 jul. 2023.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais, o negro na geografia do Brasil**. Santos, Roberto Emerson dos (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, p. 75-90, 2007.

SANTOS, Renato Emerson dos; RIBEIRO, Lisyanne Pereira; SILVA, Naira do Carmo. DISPUTAS DE LUGAR E A PEQUENA ÁFRICA NO CENTRO DO RIO DE JANEIRO: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo?. **Indisciplinar**, [S. l.], v. 1 , n. 1, p. 464- 491. EAD - UFMG - Belo Horizonte. 2017.

SMITH, N. **A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global**. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (Coord.). De volta à cidade – dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006. p. 59-87.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Zungú: rumor de muitas vozes**. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998, p. 57.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: Geografia: conceitos e temas. Castro, Iná Elias. Gomes, Paulo Cesar Costa. Corrêa, Roberto Lobato (orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova**, n.93, 15 de julho de 2001. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-93.htm>>. Acesso: 03 jul. 2023.

VASSALLO, S.; CICALO, A. Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, v. 21, n. 43, p. 239–271, jan. 2015. Disponível:<<https://www.scielo.br/j/ha/a/9GddDnyKHmFvLTyw6Zr35WB/?lang=pt#>>. Acesso: 26 nov. 2023.

WANIS, A.; LEITE, Y.; NIN, F.; MACHADO., A. C. M. Renovação urbano-cultural Porto Maravilha: a mercantilização da cultura e da memória como processo de branqueamento do território. In: **XVIII Enanpur**, 2019, Natal. XVIII Enanpur, 2019.